

Caro Associado

A partir de meados de Setembro iniciámos uma ronda de reuniões com as associações distritais e demais associados, a fim de expor o nosso projecto e a nossa equipa candidata às eleições para a Federação Portuguesa de Atletismo. Mais do que sessões de esclarecimento eleitoral, estes encontros constituíram-se como autênticas reuniões de trabalho. Muito do que consta do nosso programa eleitoral resultou da interacção registada nestas reuniões.

Destes encontros fica a marca indelével das diferentes realidades que constituem o nosso país. Cada associação apresenta o seu quadro de condicionantes ao desenvolvimento mas também as suas vantagens relativamente aos distritos vizinhos.

Ficou ainda mais vincada a convicção de que o desenvolvimento da nossa modalidade deve ser projectado com base no estudo e compreensão da realidade específica de cada região e distrito. O desenvolvimento é assunto de todos, com todos e para todos, sem excepção.

Procuramos apresentar a nossa candidatura, evidenciando as nossa ideias, a nossa equipa, bem assim como os nossos valores e compromissos.

Base fundamental para avançarmos para este desafio é a certeza de que temos competência para oferecer à modalidade, mas, sobretudo, temos perfil humano, de carácter, que nos torna fiáveis nas relações que pretendemos estabelecer com todos os nossos parceiros.

Apesar da consciência da gravidade da situação, não nos podemos deixar contagiar pelo sentimento de pessimismo que assola a nossa sociedade. Quem, hoje, quer liderar uma qualquer organização no nosso país, deve munir-se das palavras, atitudes e práticas positivas que mobilizem e encorajem todos os seus parceiros a caminhar resolutamente na direcção de uma realidade mais favorável.

Mais do que assegurar, simplesmente, a continuidade do modelo anterior, há que assegurar, com espírito crítico, a identificação dos aspectos que devem ser mantidos e aperfeiçoados e quais os que carecem de inovação. O mundo mudou, o nosso país mudou, a nossa sociedade mudou. Nada será no futuro como era dantes. Não podemos pensar que apenas está a acontecer um interregno, passageiro, nas nossas vidas. Quem assim pensar está irremediavelmente condenado a definhar. Em conjunto temos que nos concentrar na procura de novos caminhos. É isso que pretendemos fazer, mas pretendemos fazê-lo mantendo a matriz essencial da nossa modalidade. Por isso mesmo, acrescentámos um capítulo ao nosso programa, subordinado à declaração de valores pelos quais nos regemos.

Passarei agora a dirigir-me a vós na primeira pessoa:

Não sou tão ingénuo que não antecipasse que uma campanha eleitoral de dimensão tão circunscrita como a nossa, não teria os condimentos clássicos da intriga, da ofensa, da traição e naturalmente do medo, medo de perder, que tantos comportamentos inesperados revela. A luta por novos poderes ou simplesmente pela manutenção dos antigos, leva a denegrir pessoas que antes consideravam, a criticar quem antes elogiavam. É apenas um instante a passagem da utilidade à nulidade. Esta luta remete as pessoas para a sua natureza mais ancestral. Compreendo e aceito esta realidade.

Entendo que todos os nossos associados sabem avaliar quem se lhes apresenta, sabem avaliar as suas propostas, sabem avaliar a sua credibilidade. Esta sabedoria, que advém do seu conhecimento da modalidade e das pessoas, vai, mesmo que envolvida em ruídos, ser aplicada nas suas decisões. Os associados escolherão os candidatos que melhor assegurarão o futuro da nossa modalidade.

Sou vice-presidente da FPA e sou candidato ao cargo de presidente. A minha candidatura é legítima. Este processo exige de mim uma conduta, característica da minha educação, que não se coaduna com confrontos de opinião que, na maior parte dos casos não têm qualquer valor útil. Muito menos me vejo a responder e a argumentar, ponto por ponto, sobre acusações e comentários vindos de um funcionário da FPA, exercendo a função de DTN.

Um funcionário que corre à frente do seu candidato, anunciando os seus próprios valores, competência, projectos e antecipando as suas decisões. Um funcionário que procura compensar, à última da hora, as eventuais falhas de campanha do seu candidato. Compreendo-o, pois, na realidade, nunca foi habituado à subordinação do poder técnico ao poder político da nossa organização, disciplina mínima que obriga à apresentação, discussão e avaliação de planos e projectos em ambiente de direcção federativa e não só ao presidente. Viveu outros tempos e ignora isso. Eu, no mesmo papel de funcionário, tive outras experiências, talvez um pouco mais difíceis, mas, mesmo assim, muito gratificantes. Todos os gastos financeiros realizados pela DTN foram propostos por mim em reunião de direcção. Todos esses gastos foram objecto de propostas escritas. Praticamente todas foram discutidas em plenário directivo. Não dispus nunca da prerrogativa de decidir o que quer que fosse sem a necessária aprovação pela direcção federativa. Nunca dispus de um instrumento de gestão, chamado contrato-programa, nos moldes em que hoje se aplicam na gestão federativa. Ninguém melhor do que o actual presidente pode perceber o que estou a referir, preferiu, porém, deixar que o actual DTN se referisse a um vice presidente da sua, ainda, direcção nos termos em que se referiu. Também, é certo, não foi a primeira vez que tal aconteceu com o seu beneplácito. O DTN, funcionário de hoje, fala com o garbo e altivez, directamente proporcional à sua falta de cultura organizacional.

Da carta publicitada pelo actual DTN, não poderei deixar de realçar os seguintes pontos: no terceiro parágrafo refere a “tentativa de apropriação de conceitos,

projectos, programas, iniciativas que já são uma realidade da responsabilidade da actual Direcção e DTN". Absurdo é a única palavra que me ocorre.

Trabalho na FPA desde 1993. Naturalmente, o actual DTN não tem memórias desse tempo. Era muito novo e não sonhava poder vir a ocupar o cargo que agora ocupa. Não sabe qual foi a DTN que eu herdei. Eu sei bem. Sei bem o caminho que se desbravou em áreas como: quadro competitivo – juvenil e sénior –, formação de treinadores, regulamentação da alta competição, modelo de estágios, organização dos sectores com os respectivos treinadores nacionais, centros de formação, agrupamentos, etc.etc. Fui DTN e sou vice presidente da actual direcção. Para além do Plano da Marcha e da Corrida, não consigo descobrir nenhuma prática nem qualquer novo projecto que não tivesse surgido e não se aplicasse no meu tempo de DTN. Que pesporrência absurda. Só em delírio se pode pensar nestes termos. Não reclamo como minha propriedade tudo o que foi feito no meu tempo de DTN. O que existe no atletismo português é propriedade de todos. Muito menos é propriedade de funcionários que são remunerados para produzir os projectos e operacionalizá-los.

No mesmo registo do absurdo e da prosápia vejo o parágrafo iniciado com *"Estranho, que quem tem ocupado..."*

Quem se julga o DTN para se referir desta forma e com este conteúdo, senão a um candidato, pelo menos a um actual director da FPA? O que sabe o DTN da minha disponibilidade e motivação para apresentar *"projectos supostamente "inovadores" em prol da modalidade!"*?

Mais uma vez, para terminar o parágrafo vem a ideia, recorrente, de propriedade. Mais uma vez relembro que nada, mas mesmo nada, do que é realizado por uma DTN, é propriedade de quem quer que seja, nem minha nem de ninguém. É propriedade da modalidade. O chão que hoje pisa, o caminho que hoje percorre, já foi percorrido por outros. Se o DTN medir bem aquilo que é original no seu percurso de vida verificará que nesse caminho já existem pegadas de muitos outros. Respeitar isso é um dever de todos nós.

Se o DTN actual não é capaz deste exercício não passará nunca de um simples tecnocrata convencido de que todos os dias descobre o que já foi descoberto por outros.

Desculpa-se tudo isto pela natureza do período de empolgamento que está a viver. Sente-se útil à candidatura que lhe garante a permanência no sistema. Eu não a garanto, não por qualquer dúvida técnica, mas por total falta de confiança pessoal (foi isto que referi em algumas das reuniões com associações). Aliás, se alguma dúvida tivesse, a carta agora publicitada eliminá-la-ia num instante. A minha complacência neste caso funda-se no facto de saber que tudo isto terá o seu epílogo no próximo dia 3 de Novembro. A partir daí a modalidade seguirá o seu curso normal com as escolhas que forem democraticamente realizadas.

Não voltarei durante o período eleitoral a referir-me a este tipo de temas. Caberá, agora, aos nossos associados fazerem as suas escolhas.

Saudações cordiais

Jorge Vieira